

Geopolítica e Forças Armadas na América do Sul:

impasses e desafios do Século XXI
Eurico de Lima Figueiredo

Como citar: FIGUEIREDO, E. L. Geopolítica e Forças Armadas na América do Sul: impasses e desafios do Século XXI. *In:* AGUILAR, S. L. C.; ALBRES, H. M. (org.). **Relações Internacionais:** pesquisa, práticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 29-40. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-240-6.p29-40>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GEOPOLÍTICA E FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA DO SUL: IMPASSES E DESAFIOS DO SÉCULO XXI¹

Eurico de Lima Figueiredo

O Brasil é uma surpresa, uma surpresa positiva. A evolução que aconteceu lentamente na Europa, aqui foi muito rápida. O Brasil moderno em que vivemos tem 80 anos. O país que poderia ser considerado uma grande fazenda na década de 1930 é hoje a sexta economia do mundo, caminhando em largos passos para ocupar a posição de quinta.

Socialmente as mudanças não foram menos expressivas. Há 80 anos, vivia-se em uma sociedade sem degraus, com poucos em cima e muitos na base da pirâmide, sendo rarefeitas as chamadas classes médias. Nos dias que correm são cada vez mais densas e expressivas as classes médias, com extensão do porte da classe trabalhadora brasileira. No campo, apesar de todos os entraves, e uma reforma agrária que tem muito no que avançar, processa-se o que Darcy Ribeiro um dia preconizou como uma “Revolução Verde”. Brasil, celeiro do mundo...

¹ Texto preparado após revisão da gravação da palestra ministrada pelo autor, proferida de improviso, como substituição à mesa redonda que, com o mesmo título acima, estava programada para ocorrer na mesma data, horário e local e que, por motivos supervenientes, não pôde ser realizada. O texto procurou manter, na medida do possível, o tom coloquial que caracteriza as falas em situações como essas.

No plano político, se há 80 anos éramos o país das oligarquias, hoje a complexidade das relações que caracterizam o sistema político do país, levaram à Presidência da República um metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva. No último quarto de século, com a exaustão do ciclo militar, em 1985, vem sendo instituída uma república que, apesar de todos seus problemas, afirma-se cada vez mais. As modificações ocorridas no país foram, então, de caráter estrutural, em curto espaço de tempo.

Mas o que mais fascina é poder olhar o futuro. Dizia Oswald de Andrade que a imaginação é tudo. Aproveitemos a ocasião e vamos supor que estamos em torno de uma grande tábua redonda. Troquemos ideias sobre o futuro, evidentemente, utilizando as lições do passado e a análise do presente.

Nessa conversa, começemos pelo medo, um medo hobbesiano. Hobbes dizia que, ao nascer, sua mãe havia parido gêmeos: ele mesmo e o medo. Pensem-nos, então, por um lado, em um mundo hostil, com cautela hobbesiana. Por outro lado, firmemos a esperança como mote de vida. Pensando assim, essa palestra poderia ter como subtítulo “a dialética da esperança e do medo”.

Primeiro, esperança. Comparemo-nos, por exemplo, com o grande irmão do Norte, os Estados Unidos. Somos totalmente diferentes, não temos nada a ver com eles. Precisamos, aliás, afirmar em nossas mentes essa diferença. A nossa integração nacional *não* foi feita com dois instrumentos fundamentais que lá prevaleceram. O primeiro foi a guerra de conquista, de invasão, em direção ao México. Não será possível entendermos os Estados Unidos sem os estados do Texas, Califórnia ou Arizona, conquistados a ferro e sangue. O segundo foi a expansão do capitalismo, que permitiu a compra de territórios como Louisiana, Flórida e Alaska, dentre outros. A grande nação norte-americana resultou, em muitos aspectos, dessa combinação entre a guerra de conquista e o poder econômico.

Nós não somos assim. Experimentamos a violência na construção de nossa nacionalidade, por certo. Somos violentos, mas não gostamos de falar sobre isso, o que é um dado interessante no que se poderia chamar de “modo brasileiro de pensar”. É impossível explicar a história brasileira sem violência, inclusive porque na própria questão da nação está a questão da violência. No entanto, não empreendemos guerras de conquista na região que habitamos.

Não foi também através da compra de outros territórios que construímos o tamanho de nosso país, com exceção do Acre, no início do século passado.

As graves distorções sociais que convivem com o país desde sua descoberta, poderiam ter levado à ruptura da ordem política, já que elas separavam os brasileiros mais ricos, pequena minoria, dos mais pobres, imensa maioria. Isso, entretanto, não aconteceu, tendo se mantido íntegro o território que é o quinto maior do mundo, contando com quase o dobro da extensão da União Europeia. Cabe ressaltar, aliás, que a distância entre ricos e pobres vem sendo encurtada, nos últimos 16 anos, por políticas de Estado, de governos de dois partidos distintos. De fato, nesse período incorporou-se um novo país dentro do país, com uma emergente classe média, com cerca de 30 milhões de pessoas, contingente populacional equivalente a duas vezes o do Chile, três vezes o de Portugal, ou a vários países do Leste Europeu, como a Hungria, Bulgária, Eslováquia, Sérvia, somando-se a população de todos eles.

E por que há esperança com medo? Porque hoje temos um mundo sob ameaças, crises econômico-financeiras, recessão, moratórias. Países que sobem e países que descem, ciclos de depressão e de expansão econômica. Por exemplo, quem poderia dizer 60, 50 ou até mesmo 20 anos atrás, que teríamos no mundo hoje a pujança chinesa? Há 30 anos ninguém diria que ocorreria a queda do muro de Berlim, muito menos o colapso da União Soviética.

São então ameaças econômicas, que, dinamicamente, reconfiguram o sistema de relações internacionais. Não podemos entender esse sistema se não entendermos o que está por baixo dele, o sistema de relações econômicas no plano global. Temos que entender a economia mundial, para entender o sistema de relações internacionais. E a emergência da China, mas também da Índia e do Brasil, reconfiguram esse sistema, para não falar do papel da “nova” Rússia.

Mas o mundo de nossos dias convive com ameaças não só econômicas. Há as ameaças naturais, terremotos, maremotos, inundações, camada do ozônio, escassez da água. Ameaças energéticas, porquanto se sabe que o ciclo do petróleo está com os dias contados. Ameaças políticas. Elas estão por toda parte. Golpes, contragolpes, soberania nacional em declínio, estados falidos. Ameaças culturais: xenofobia, etnicismo, racismo, limpeza étnica, discriminação, fundamentalismos a pretexto de combater os fundamentalismos. Além de revoluções, guerras, guerras civis, guerras de

quarta geração, intervenções multinacionais, terrorismos, contraterrorismos, operações militares como *peacekeeping* e *peace-enforcement* (ou combinações entre as duas), insurgências, contra-insurgências.

Esse pano de fundo, traçado em linhas tão gerais quanto sucintas, serve como introdução menos trivial ao tema de hoje, “Geopolítica e Forças Armadas na América do Sul: impasses e desafios do século XXI”. Abordaremos o assunto na ordem dos termos propostos. Primeiro, breves considerações sobre a Geopolítica o que, entre nós, já envolve certo grau de dificuldades. Depois, América do Sul e Forças Armadas, e, finalmente, os impasses e os desafios.

Consta que o conceito de “Geopolítica” foi cunhado pelo sueco Johan Rudolf Kjellén (1844 / 1922), aluno do grande Friedrich Ratzel (1844 / 1904). As ideias de Kjellén influenciaram o mundo de seu tempo e muitos chamam atenção para a penetração delas nas concepções nazistas preconizadas por Adolf Hitler. O ditador germânico teria sido também influenciado por outro geopolítico, o inglês Sir Halford John Mackinder (1861 / 1947). Este, por sua vez, influenciou o geopolítico norte-americano Nicholas J. Spykman (1893 – 1943), que, para muitos, alimentou com sua obra a posição dos Estados Unidos no decorrer da Guerra Fria. Entre nós, Golbery do Couto e Silva (1911 / 1987) tornou-se mundialmente conhecido como uma das fontes da chamada Doutrina da Segurança Nacional. Falaremos sobre ele mais adiante.

Em Ratzel, não havia determinismo geográfico, ao contrário do que muitos no seu tempo advogaram. Claro, o território e a avaliação das suas potencialidades eram valiosos. Se o território era mais rico em recursos naturais, se possuía mais água, se era rico em minérios, contava com maior potencialidade para o seu desenvolvimento. A localização dos países era igualmente dimensão que deveria ser levada em devida consideração. Um território rico, mas com baixa densidade na sua organização política e econômica, em face de um país grande e rico, dotado de vontade política, poderia ser incapaz de desenvolver por si só suas riquezas. O menor e menos dotado política e economicamente teria problemas com o grande.

Kjellén apresentou visão muito típica daquela época, organicista e evolutiva. Ou seja, a Geopolítica deveria ser entendida como um organismo, onde a “Geografia Física” seria inseparável do que, mais tarde, seria chamado de “Geografia Humana”. Ele chamava atenção para a relação orgânica entre o

homem e a terra, entre o espaço e a humanidade, entre a geografia e a história. Esse tipo de pensamento ganhou força após a Primeira Guerra Mundial, principalmente em um país que mudou o mundo, a Alemanha.

A Geopolítica da época apresentava a ideia do espaço vital, refletindo as condições da situação alemã. No Ocidente, a Alemanha competia com as duas grandes potências do continente, a França e a Grã-Bretanha; no Oriente, a grande Rússia; e a Alemanha espremida entre as duas frentes. A conquista do espaço alemão passava, então, pela sua afirmação como potência nacional no centro da Europa. Dominando-se o centro da Europa, onde se radicava o centro de gravidade das relações políticas e econômicas na época, poder-se-ia dominar o mundo. Isso em nome do sangue, ou seja, da excelência da capacidade alemã que vinha do seu gene, da singularidade da mente alemã que era reprimida, tolhida, não podia se expressar.

Com a derrota do nazi-facismo, irrompeu crítica forte à Geopolítica. No plano ideológico, a esquerda alegava que a disciplina, nas suas linhas dominantes, parecia não mais servir para explicar o mundo pós-guerra mundial. Além disso, não se esquecia de como algumas de suas ideias e conceitos tinham sido apropriados por Hitler e seus seguidores. Mas, para a direita, elas continuaram servindo, - e muito! No Brasil, ganhou destaque, como já adiantado, o trabalho do General Golbery do Couto e Silva. Não se entenderá 1964 sem ler de sua autoria Planejamento Estratégico (1955) e Geopolítica do Brasil (1966).

A Geopolítica do general Golbery dividia o mundo entre Ocidente e Oriente. Um Ocidente agasalhado sob a força centrífuga dos Estados Unidos e o Oriente no campo gravitacional da União Soviética. Evidentemente era uma lógica geopolítica forçada. Porque, por exemplo, o Japão, que é do Oriente, estava ideologicamente no Ocidente. Ou seja, a Geopolítica do general apresentava tinturas fortemente ideológicas no quadro da Guerra Fria.

As concepções do general instrumentalizaram no Brasil e, de resto, em grande parte da América do Sul, uma ideologia ou doutrina, como se queira, da segurança nacional, baseada no confronto do Ocidente com o Oriente. Nessa visada, o comunismo era entendido como invasão da nossa identidade ocidental. Os comunistas e seus aliados eram subversivos e precisavam ser combatidos na forma (e na lógica!) do “inimigo interno”.

A Geopolítica, colocada nos termos tão brevemente descritos acima, já no período do regime inaugurado em 1964, foi logo combatida pelos que se opunham a nova ordem. Nessa linha a Geopolítica foi paulatinamente substituída em muitos círculos acadêmicos, pela expressão “Geografia Política”, que passou a ser preferida em relação à contração “Geopolítica”. Hoje, com o passar do tempo, afastados os fantasmas do passado, a expressão passou a circular novamente nos meios acadêmicos brasileiros na sua acepção geral, que jamais perdeu, sua razão de ser.

A Geopolítica configura, atualmente, área de conhecimento multidisciplinar que relaciona as questões políticas às propriamente geográficas, tais como espaço físico (localização, território); posse de recursos naturais; população; topografia; clima; ecologia. Seu amplo espectro de interesses é da maior importância na análise das relações internacionais e estratégicas e também não menos importantes na análise de cada país.

E, nesse ponto, para a geopolítica, para a América do Sul e para o Brasil ganha força a expressão “Forças Armadas”. Um resumo da República brasileira apresenta: 1889 - Golpe Militar; 1889-1894 - República da Espada dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; 1894-1930 - República Oligárquica, com duas revoltas militares expressivas, a de julho de 1922 e o Movimento Tenentista entre 1924 e 1927; 1930 – golpe, consagrando o movimento que derrubou a República Velha; 1932 - a chamada Revolução Paulista, com tentativa de contragolpe; 1935 - tentativa de golpe da esquerda, a Intentona Comunista; 1937 - Estado Novo, golpe de Vargas; 1938 - tentativa de contragolpe à direita, sob a égide do integralismo; 1945 – golpe militar apeando Vargas do poder.

Entre 1945 e 1964, nós tivemos quatro presidentes eleitos, sendo três civis e um militar. O Marechal Eurico Gaspar Dutra conseguiu completar seu mandato, janeiro de 1946/janeiro de 1951. Getúlio Vargas, seu sucessor eleito pelo voto direto, cometeu suicídio antes de completar seu período. Entre Getúlio Vargas e o próximo presidente eleito, Juscelino Kubitschek, tivemos graves crises institucionais. Morto Vargas, assumiu o seu Vice, Café Filho. Um ano e pouco depois de sua posse, ele ficou doente, teve um infarto, e não pôde voltar. Assumiu Carlos Luz, presidente da Câmara, que tentou dar um golpe, visando impedir a posse de Juscelino Kubitschek, mas acabou contra-golpeado pelo então Ministro da Guerra, o Marechal Lott.

Coube a Nereu Ramos, presidente do Senado, dar a posse a JK sob estado de sítio. Kubitschek governou com relativa paz, mas enfrentou duas revoltas militares, Jacareacanga e Aragarças. Veio o quarto presidente eleito constitucionalmente, Jânio Quadros, que renunciou, após breve permanência no cargo, possivelmente visando o golpe civil. O vice do presidente Jânio Quadros, João Goulart, foi impedido de assumir o cargo, na medida em que se encontrava no exterior na ocasião da renúncia do Presidente. Ocorreram resistências à sua posse, principalmente por parte dos seus ministros militares.

Por casuísmo implantou-se, pela primeira vez na história do país, o parlamentarismo, um *arreglo* achado pelas elites políticas e a “Junta Militar”, que praticamente havia assumido o poder após a saída de Quadros. O parlamentarismo não vingou e, em janeiro de 1963, ocorreu a volta do regime presidencialista, após realização de plebiscito. Em março de 1964 veio o golpe militar. Em 18 de dezembro de 1968, contragolpe, o golpe dentro do golpe, com o AI-5, impedindo-se que o Vice Presidente Pedro Aleixo, com o falecimento do titular, Marechal Costa e Silva, tomasse posse. De 1968 até os anos finais do governo Médici, o Brasil viveu os chamados “Anos de Chumbo”, Araguaia, etc. Nas regiões conflagradas viveu-se a beira da guerra civil, com enfiamentos mortais.

A partir de 1974, com governo de Ernesto Geisel, o país passou a viver processo de mudança política implementada “de cima”, isto é, pelo *establishment* no poder. Foi a abertura política. Formou-se a partir desses anos o que literatura a respeito do período denominou como “sociedade civil”. Ela nasceu forte no bojo das lutas políticas, encorpou-se gradativamente. Os professores, por exemplo, que nunca se organizaram, passaram a fazê-lo. Os estudantes dispunham de um instrumento como a UNE, mas não seus mestres. Foi somente no quartel final dos anos 70 do século passado que passaram a ser instituídas as associações docentes em todo o Brasil. Em 1985 ocorreu a quebra do ciclo militar, respeitada a via constitucional, dentro do possível.

Essas breves anotações, aqui desenvolvidas “a toque de caixa”, servem para mostrar que não se pode entender a história da República sem as Forças Armadas. Mas o que aconteceu no Brasil aconteceu em toda América do Sul, não se podendo, é claro, deixar de atentar para singularidade dos diferentes casos. Mas a extensão, a profundidade e a importância do protagonismo político dos estamentos militares ocorreu em toda a região.

A partir dos anos de 1980 as coisas começaram a mudar. O Brasil, o Cone Sul, o mundo andino, a região começou a mudar. As lideranças políticas tiveram que aprender com a história que eles mesmos faziam. Em primeiro lugar, no país e na América do Sul não ocorreu a fragmentação política; o continente permaneceu intacto. Não surgiu uma segunda Bolívia, Argentina, um terceiro Paraguai. Não surgiu um segundo, terceiro ou quarto Brasil. Havia se conseguido, afinal de contas, manter a integridade estatal, não obstante a tensão político-ideológica e a despeito das graves crises sociais. Em segundo lugar, passou-se a entender melhor, no quadro do Estado democrático de direito, a importância da cooperação civil-militar. Não existe caso na História de um grande país que não fundamente sua soberania nesta cooperação.

A cooperação civil-militar se dá em duas direções. Uma, no âmbito da ciência e tecnologia, porquanto não se pode dispor de Forças Armadas eficientes e preparadas sem o aporte tecno-científico na formação de uma indústria de defesa. Sem ele não se pode aspirar autonomia política em face dos países mais poderosos. Outra, mais difícil e complexa, se dá na formação de pensamento estratégico próprio que seja formulado e se desenvolva com nossas próprias cabeças.

Permitam-me aqui, mesmo que com certa trivialidade, precisar o termo “estratégico”, que é muito largo e empregado em muitas acepções. Na área dos Estudos Estratégicos o foco dos estudos e pesquisas concentra-se na análise do papel militar no cenário nacional e internacional. Tal foco comporta dois objetos, a defesa nacional e a segurança do país. É inviável, nesse sentido, entender-se o sistema de relações internacionais sem a dimensão estratégica. É igualmente inviável a análise estratégica sem suas interfaces e conexões internacionais, especialmente com o sistema de segurança internacional.

O sistema de segurança internacional é um sistema complexo, e que, em última análise assenta-se no poderio militar. O órgão que decide pela paz ou pela guerra, pelo menos no sentido formal, é o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Permitam-me a crua caricatura: seus membros permanentes sentam-se à mesa das conversações armados até os dentes, todos eles contam com arsenais nucleares para bancar suas posições políticas.

E quanto aos desafios e os impasses? O impasse pode ser logo colocado: o Brasil quer a integração da América do Sul, mas será que a América do Sul

quer a integração? Na verdade, o impasse pode estar dentro de nós mesmos. Se observarmos a literatura aberta e escondida, manifesta e latente - e na nossa área é necessária a capacidade de se ler nas entrelinhas dos documentos -, uma dada posição propõe a manutenção dos vínculos de sempre com os Estados Unidos e a Europa (Inglaterra, França, Itália, Espanha e até Portugal, mas também com os Países Baixos). Proclamam: foi com esses vínculos que chegamos onde estamos, a posição lisonjeira que hoje ocupamos no cenário internacional.

Outra posição defende visão multilateral, sem foco privilegiado, sem se atrelar a esta ou aquela região, a este ou aquele país. Implica em pragmatismo comercial e diplomático. Uma terceira posição, uma espécie de variante da anterior, defende multilateralismo, mas com ênfase nas relações bilaterais. Por exemplo, o Brasil só chegaria ao Conselho de Segurança se fizesse aliança especial com os Estados Unidos, recuperando tradicional parceria. Outra, defende a manutenção de vínculos meramente comerciais com a América do Sul, tendo em vista que o país dela se afasta cada vez mais em termos de volume econômico. A integração, nesse sentido, a opção pela América do Sul, obrigaria o Brasil a oferecer cada vez mais, para receber cada vez menos. As eventuais compensações de ordem política não compensariam o ônus econômico.

Outros propugnam outra posição ainda. Somos a sexta economia do mundo. Segundo os dados do FMI de 2010, o nosso PIB naquele ano era de mais de dois trilhões de dólares, hoje maior que o da Itália e do Reino Unido, já bastante próximo da França. A posição melhor seria, nesse contexto, a luta anti-hegemônica para afirmar uma nova hegemonia. O Brasil deveria, assim, concentrar suas forças para preparar-se para ocupar a melhor posição nessa nova ordem que se avizinha.

Finalmente, outra argumenta que nada disso está certo. O Brasil, pela capacidade de gerar o mercado interno que gerou e, inclusive, superar a crise de 2008 como superou, através dos incentivos às suas próprias peculiaridades internas, deve voltar-se cada vez mais para dentro. Há um continente a conquistar que somos nós mesmos. Não obstante a necessidade de se reconhecer a força dos processos globalizantes, o Brasil deve voltar-se, cada vez mais, para si mesmo, devido a seu porte continental, pela riqueza que tem, pelo mercado interno que se alarga a cada dia. Principalmente agora quando está perto da auto-suficiência energética e aumenta, cada vez mais, sua capacidade de exportação.

A América do Sul é tão somente uma das opções, ante o leque de oportunidades apresentado. É a opção deste palestrante. O que significa a região para nós, os brasileiros? Significa que é aqui que se encontra nosso *habitat* histórico, é na região que se conforma o nosso espaço geopolítico. Nós estamos aqui para sempre, formamo-nos para aqui ficar, assim como nossos vizinhos. Formamos, muito mais que qualquer outro maciço comunitário, identidade histórica muito próxima. Espanhóis e portugueses, nossos pais históricos, vieram da mesma Península Ibérica, são primos. A nossa sensualidade, nossa maneira de perceber, de sentir as sensações do mundo, é próxima. Formamos espaço culturalmente homogêneo, onde são faladas apenas quatro línguas. Na realidade, apenas duas, portuguesa e espanhola, uma vez que as outras duas - inglesa (Guiana) e holandesa (Suriname) – são línguas oficiais de pequenos países.²

Essas rápidas pinceladas já servem para contrastar a região em que vivemos, por exemplo, com a Europa, um continente onde cerca de cinquenta países guerrearam durante toda sua história. Uma integração regional, inclusive, que é dita, mas não aconteceu, como podemos observar com os acontecimentos que lá se desdobram durante o transcorrer deste ano de 2011. Mais ainda, porque não se trata tão somente de cinquenta países, mas de países que, até hoje, experimentam fraturas culturais internas. Ao pensarmos na Espanha, pensamos nos bascos. Se pensarmos no Reino Unido, pensamos no País de Gales, na realidade um país muito pequeno dentro do Reino Unido, onde se fala o galês, além de outras línguas do chamado grupo céltico. Pensamos na Irlanda...

Temos, em suma, essa origem comum e, com o passar do tempo, construímos somatório de riqueza que não pode ser desprezado. Se somarmos os volumes econômicos do continente veremos que estamos chegando a um PIB em torno de quatro trilhões de dólares e com uma população rarefeita. Hoje a renda per capita na região é de algo em torno de 17 mil dólares, o que não é pouca coisa. Certo, há ainda as outras regiões americanas, cada uma com suas particularidades geopolíticas. Há a América Central, a América Insular e a América do Norte (Estados Unidos, México e Canadá). Em todas elas é forte a influência norte-americana. Mas me parece que é exatamente por causa desse desenho geopolítico que surge a União das Nações Sul-

² A Guiana Francesa é considerada território francês e, assim, não goza de soberania, não pode se integrar à região por vontade própria.

Americanas (UNASUL). Pensar e agir supondo que há ainda possibilidades de, pela união de todos os países do continente, deter-se massa política e econômica para fazer frente a países e/ou centros mais poderosos, visando, com maior autonomia, os melhores objetivos e interesses do continente.

Nesse contexto, o primeiro impasse da América do Sul comporta duas alternativas. Ou se submete a uma tradição que diz que aqui é uma área dos Estados Unidos e da Europa ou, ao contrário, assume-se protagonismo em relação ao próprio destino. E essa alternativa passa por uma cooperação cada vez maior entre os países da região, indicando a busca de sua futura integração como e enquanto uma comunidade sul-americana. Repito para efeito de ênfase. Parece-me que, em suas linhas básicas, foi esse o pensamento que levou à criação da União das Nações Sul-Americanas.

Quanto aos desafios relativos ao complexo “América do Sul/ Forças Armadas”, eles são vários, mas me permito indicar apenas três. O primeiro diz respeito ao necessário ajuste entre a retórica e a prática, o que é sempre um problema sério na tradição sul-americana. Uma coisa é o que falamos, outra coisa é o que fazemos. E nós sabemos que a ideologia não está no que se diz, mas no que se faz.

Os dados concretos existem. Em maio de 2008 foi criada a União Sul-Americana (UNASUL). Em dezembro de 2008, foi instituído o Conselho de Defesa da UNASUL, havendo consenso de que a região precisava dispor de seu próprio dispositivo de defesa e segurança. Em maio de 2011 surgiu o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), primeiro órgão permanente do Conselho de Defesa do bloco, sediado em Buenos Aires. Todas essas iniciativas tiveram como base o forte apoio do Brasil.

A formação de pensamento estratégico próprio, que não se fundamente em teorias importadas, calcadas em perspectivas que não podem e nem devem ser as nossas, não se dará da noite para o dia. A universidade será chamada a cumprir sua tarefa, sopitando preconceitos, generosamente com olho no futuro. De igual modo será significativa a colaboração militar na empreitada. Na verdade, não bastarão leis e decretos que obriguem a subordinação castrense às instituições democráticas. Leis e decretos impõem pensamentos, conquistam mentes e corações, constroem legitimidade, levam à aceitação espontânea do poder político.

O segundo desafio diz respeito à montagem da Base Industrial de Defesa da América do Sul (BIDAS). Isso implica em desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área estratégica. Mas antes do agir, deve vir o pensar, fundamento da análise crítica. Será preciso saber o que se quer e não se tem, tendo em vista as necessidades, em particular do Brasil e, em geral, do continente, a luz dos cenários prováveis. Planos de defesa requerem o exame percuciente do sistema de segurança internacional. Estamos ainda no início da marcha; o tempo urge; há de se correr.

O terceiro desafio se coloca no plano das vulnerabilidades sociais que permeiam a região. Como o Brasil, o gigante do Sul, ele mesmo vitimado por um passado de injustiças sociais que vêm de longe, deve lidar, por exemplo, com um país como a Bolívia, tão carente e necessitada de tudo? A distância do Brasil para os Estados Unidos hoje é de sete vezes em termos de volume econômico. A diferença do Brasil para o Chile é de cerca de dez vezes e em relação à Bolívia de quase cem vezes.

Como faremos isso tudo? Não há respostas de colete. Não há soluções prontas e acabadas. Havendo, entretanto, noção de rumo em relação aos objetivos pretendidos, deverá prevalecer o ensaio e erro. No século XX lançamos as bases do grande país que nós vivemos, apesar de todas suas deficiências, que são inúmeras. Desafio maior será a construção de uma grande América do Sul no século XXI. Nesse processo será de vital importância, mas não única, a participação do engenho e da arte dos que lideram a nação brasileira no Estado democrático de direito.